



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE ECONOMIA**

**GERMANA DANTAS FLÔR**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E**  
**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O PRONATEC NO ÂMBITO DO SENAC/RN**  
**NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

**NATAL / RN**  
**2017.2**

**GERMANA DANTAS FLÔR**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E  
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O PRONATEC NO ÂMBITO DO SENAC/RN  
NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Monografia apresentada a Coordenação do curso de graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Zivanilson Teixeira e Silva.

**NATAL / RN**

**2017.2**

**GERMANA DANTAS FLÔR**

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E  
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O PRONATEC NO ÂMBITO DO SENAC/RN  
NO PERÍODO DE 2012 A 2016**

Monografia apresentada a Coordenação do curso de graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Zivanilson Teixeira e Silva - Orientador

---

Prof. Ms Francisco de Assis Pedroza - Membro examinador

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Bibliotecária responsável:  
Kalline Bezerra da Silva Flor – CRB15/327

Flor, Germana Dantas

Análise da relação entre políticas públicas de emprego e qualificação profissional: o Pronatec no âmbito do Senac no período de 2012 a 2016 /Germana Dantas Flor.- 2017.  
52 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Natal, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Zivanilson Teixeira e Silva.

1. Economia – Monografia. 2. Políticas públicas – Monografia.  
3. Qualificação profissional – Monografia. 4. Pronatec - Monografia.  
I. Silva, Zivanilson Teixeira e. II. Título.

RN/UF/BCZM CDU 35:377(813.2)

*Dedico este trabalho aos dois amores da minha vida,  
Minha amada filha Maria Clara e  
ao meu companheiro de todas as horas Junior Pereira.*

## **AGRADECIMENTOS**

Não é tarefa fácil conciliar estudo, trabalho e casa, principalmente, quando se trata de uma pessoa que é mãe e esposa dedicada, dona de casa aplicada, filha zelosa, apaixonada pela família e que sempre está disposta a ajudar a todos quando necessário, quer seja no ambiente de trabalho ou no âmbito familiar. O esforço é árduo, mas é como muita alegria, entusiasmo e gratidão aos envolvidos em todo esse processo, que consigo dar mais um passo em minha vida.

Primeiramente, sou grata a Deus pela vida e por guiar todos os meus passos e decisões.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos valores e ensinamentos com que me educaram.

Ao meu companheiro Junior por todo apoio, incentivo e compreensão e por todo cuidado com a nossa amada filha, principalmente, nos momentos em que precisei me dedicar, quase que exclusivamente, à finalização deste trabalho.

Aos meus queridos irmãos por todo carinho e por estarem ao meu lado em qualquer situação.

A minha cunhada Kalline por todo apoio e por acreditar que eu seria capaz.

Ao Professor Dr. Zivanilson Teixeira por me orientar e mostrar os direcionamentos necessários.

Ao Senac/RN pela contribuição e permissão para a execução deste trabalho.

## RESUMO

As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule as competências científicas e técnicas, ampliando assim, as necessidades educacionais dos trabalhadores. A educação profissional, por sua vez, deve propiciar a construção de competências duradouras, que possam ser utilizadas ao longo da vida profissional. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a execução do PRONATEC como canal de qualificação profissional no âmbito do SENAC/RN no período de 2012 a 2016. O universo da pesquisa Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, de natureza quantitativa, tendo como o universo da pesquisa o SENAC do RN. Como técnicas de coleta e análise dos dados foram utilizados os levantamentos bibliográfico e documental para compor o embasamento teórico da pesquisa, bem como a análise dos relatórios de gestão para identificar a execução do PRONATEC no âmbito da instituição pesquisada. Portanto, concluiu-se que o PRONATEC desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento e na qualificação profissional da população do RN nos anos investigados. E, ainda concluiu-se que o Senac/RN como instituição promotora dessa execução também desempenhou suas funções com maestria levando a estrutura e todo seu aparato educacional relacionado a qualidade de seus cursos para o fortalecimento do PRONATEC no Rio Grande do Norte.

**Palavras-chaves:** Políticas públicas. Qualificação profissional. PRONATEC. Senac. Rio Grande do Norte.

## **ABSTRACT**

The new demands of contemporary society require training which articulate scientific and technical competences, broadening the educational needs of workers. Professional education, for your time, should encourage the construction of durable skills, which can be used throughout the working life. On the above, the present study aims to analyze the general implementation of professional qualification channel PRONATEC within SENAC/RN in the period from 2012 to 2016. The universe of research this is a field research, descriptive, quantitative in nature, having as the search universe SENAC of RN. As techniques of data collection and analysis were used in the bibliographic and documentary surveys the theoretical basis of this research, as well as the analysis of management reports to identify PRONATEC execution within the institution. Therefore, it was concluded that the PRONATEC played a very important role in the development and professional qualification of the population of the RN in the years investigated. And it was concluded that the Senac/RN as an institution prosecuting this execution also played their roles with mastery leading to structure and your entire educational apparatus related to the quality of its courses for the strengthening of PRONATEC in Rio Grande do Norte.

Keywords: Public policies. Professional qualification. PRONATEC. SENAC. Rio Grande do Norte.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1</b>	<b>O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>POLITICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Política Pública de Educação Profissional no Brasil: O PRONATEC</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>A INSTITUIÇÃO SENAC E SUA ATUAÇÃO NO RN.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Caracterização do universo.....</b>	<b>39</b>
<b>2.4.1</b>	<b>Técnicas de coleta e análise dos dados.....</b>	<b>43</b>
<b>2.5</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule as competências científicas e técnicas, ampliando assim, as necessidades educacionais dos trabalhadores. Nossos desafios exigem uma ação educacional que integre simultaneidade e interatividade com o cenário dinâmico do exercício profissional. A educação profissional deve propiciar a construção de competências duradouras, que possam ser utilizadas ao longo da vida profissional. Dessa forma, as estratégias de aprendizagem desempenham papel fundamental, pois asseguram a atualização das competências e qualificações dos trabalhadores, para que estes se adaptem às mudanças no contexto laboral.

Portanto, a função social da educação se realiza em um esforço conjunto de cooperação entre a escola e a empresa, religando formação, capacitação e inserção, e viabilizando a transição entre educação e trabalho.

No cumprimento da sua missão institucional, que é “Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”, o Senac vem oferecendo oportunidades de formação e aperfeiçoamento individual. Com mais de 70 anos de vida, o Senac é a principal referência brasileira em educação profissional para o setor do comércio de bens, serviços e turismo, tendo como característica marcante, o investimento permanente no desenvolvimento ou na adoção de novas tecnologias e metodologias educacionais.

O Senac/RN, a partir da apreciação da experiência do PRONATEC, observa na qualificação profissional uma forte fonte de geração de emprego e renda, e de inclusão social. Nesse contexto, o Senac colaborou de forma intensa para o incremento desse Programa, seja na ampliação de oferta de seus cursos profissionalizantes por todo o Estado, seja no papel de parceiro do Governo Federal.

No mundo atual e globalizado que vivemos, o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente, e a busca por uma colocação profissional não é mais uma questão de empenho ou de sorte, e sim de qualificação. A qualificação profissional deve ser vista como uma alternativa de geração de renda e como fator determinante para o

futuro daqueles que estão buscando uma colocação no mercado de trabalho, sendo ainda de suma importância aos que buscam manter a posição ocupada, alimentando chances reais de crescimento nas corporações, o que nos leva a crer que a medida que o tempo passa e o mundo evolui, muito além da experiência, adquirir e renovar conhecimento torna-se inevitável.

Assim, quando se fala em qualificação profissional, busca-se a preparação do cidadão através de uma formação, para ingressar no mercado de trabalho ou para acompanhar as exigências de um mercado cada vez mais competitivo.

Diante desse contexto, a educação profissional é um instrumento de suma importância para a sobrevivência do indivíduo. Ao admitir que a qualificação é uma alternativa à geração do trabalho e renda, acreditamos no interesse em aprofundar a discussão sobre o assunto, uma vez que a necessidade de qualificação é constante e cada vez mais intensa. Para tanto, levantamos a hipótese que um indivíduo qualificado tem maiores possibilidades no mercado de trabalho e oportunidades de desenvolver-se e produzir renda.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a execução do PRONATEC como canal de qualificação profissional no âmbito do SENAC/RN no período de 2012 a 2016. Para tanto, faz-se necessário traçar como objetivos específicos: Descrever o papel do SENAC/RN na qualificação profissional; dissertar sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; descrever sobre a importância da qualificação profissional; identificar e analisar a execução do PRONATEC no período de 2012 a 2016 no SENAC/RN.

A monografia está dividida em três capítulos. A Introdução traz em sua composição os objetivos propostos da pesquisa, bem como as justificativas para a sua realização.

O capítulo 1 intitulado de “O ensino profissional no Brasil” apresenta a evolução do ensino profissional no cenário brasileiro, demarcando os fatos históricos e os avanços que este campo de ensino sofreu com o passar dos anos. Em seguida vem o subcapítulo “Políticas públicas e qualificação profissional”, que retrata a importância das políticas públicas disponibilizadas pelo governo para qualificação profissional do povo

brasileiro, dando ênfase ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O capítulo 2 denominado de “A instituição Senac e a sua atuação no RN” traz uma breve explanação sobre a criação do Senac e a sua atuação no estado do RN, focando, especificamente, na execução do PRONATEC nos anos de 2012 a 2016. Em seguida vem a parte da “Metodologia” que apresenta os procedimentos metodológicos para a execução da pesquisa, bem como a delimitação da amostra e da população, e as técnicas de coletas e de análise dos dados que foram utilizadas no estudo. Os pontos de “Análise e interpretação dos dados” expõem os resultados que foram coletados a partir da observação dos relatórios de gestão dos anos 2012 a 2016 tanto do Senac Nacional, quanto do RN, como também o sistema de gestão educacional do Senac RN.

O capítulo 3 denominado de “Considerações finais” faz um resgate dos objetivos propostos para saber se atingiu o mesmo e esboça algumas considerações acerca da execução dos cursos do PRONATEC pelo Senac nos municípios do RN nos anos de 2012 a 2016.

## 1 O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL

A naturalidade com que hoje lidamos com a ideia de que a inserção no universo do trabalho pressupõe a passagem por um processo de formação escolar mais dissimulado explicita a compreensão da relação educação e trabalho. Essa compreensão, entretanto, é fundamental, quando se trata de definir os princípios norteadores de uma instituição de educação profissional, consubstanciados nos seus projetos pedagógicos. Constituída no curso de um processo histórico, essa relação é um fenômeno recente, consolidando-se com a Revolução Industrial do século XVIII, que exigiu da classe trabalhadora, o aprimoramento do fazer e das tarefas específicas que lhes eram atribuídas.

O vínculo entre trabalho produtivo e educação é um fato contemporâneo da fase inicial do capitalismo. Modelo de produção onde a liberdade de mercado assume valor quase absoluto, baseado em valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola, como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção.

A relação educação e trabalho coincide com o desenvolvimento capitalista, pois argumenta-se que as próprias características do modo capitalista de produção seriam favoráveis ao surgimento da necessidade de formação do trabalhador.

O ensino profissional no Brasil segue o comportamento da sociedade desde os primórdios da história humana, em que a transmissão do conhecimento estava fundada na prática da observação e no desenvolvimento das técnicas de produção através de ferramentas e equipamentos para auxiliar na execução de tarefas do cotidiano. De acordo com Manfredi (2002) a capacidade de discernimento das civilizações históricas obrigava a civilização ao desenvolvimento cognitivo de métodos e instrumentos de produção que permitissem solucionar estorvos intrínsecos no contexto da sobrevivência nas sociedades antiga e medieval.

Segundo Manfredi (2002), a humanidade no decorrer dos tempos fora obtendo com desenvolvimento das habilidades cognitivas e dos meios e instrumentos modestos o dinamismo que impulsionou a sociedade a subsistir de forma organizada,

assegurando o sustento das famílias, que repassavam os ofícios adquiridos as gerações futuras. A Revolução Industrial deflagrada na Inglaterra no século XVIII, apresentou marcas profundas nas relações sociais de produção, interferindo diretamente na organização do trabalho, delimitando e consolidando a divisão social da produção, em que cada trabalhador executava de forma simples e repetitiva movimentos mecanizados dentro do espaço que estava subordinado.

A nova ordem nas relações de trabalho no âmbito da Revolução Industrial, promoveu a criação de escolas de ofícios com a perspectiva de formar mão de obra qualificada para fornecer ao mercado de trabalho agentes produtivos especializados. A relação entre a habilidade laboral e o conhecimento técnico dos trabalhadores no período da Revolução Industrial, consolida de forma primária o surgimento da Educação Profissional para o mercado de trabalho. Para Manfredi (2002), o retardo da relação entre trabalho e ensino profissionalizante no contexto histórico é entendida pelo fato da subjugação dos trabalhadores pelas classes detentores de poder através dos senhores feudais e da igreja no período medieval, bem como de forma consistente na fase da Revolução Industrial pelos proprietários dos meios de produção, que tinham exclusividade no acesso ao conhecimento cognitivo específico.

O marco do ensino profissional no Brasil, data da chegada dos colonizadores portugueses no Brasil no século XVI, o modelo de produção adotado no país foi o de exploração das terras com a monocultura do açúcar, em que utilizou de forma intensiva a mão de obra escrava oriunda das colônias portuguesas na África. Os escravos concentravam suas ações diretamente no trabalho de plantio e colheita da commodities, as demandas extras dos engenhos e da sociedade canavieira era atendida pelos artífices que utilizavam seus conhecimentos e habilidades para produzir de forma a atender as necessidades específicas da sociedade canavieira.

De acordo com Sá (2016), a relação de produção entre os escravos e os artífices eram antagônicas, pois a especialidade do trabalho realizado pelos artífices era orientada pelos denominados mestres de ofício, com modelo de ensino que prezava pela racionalidade na ordem cognitiva do aprendizado, sempre iniciando pelos ofícios mais brandos e paulatinamente adquirindo mais consistência para o entendimento dos

trabalhos mais complexos, desta forma estava sendo consubstanciada a origem do ensino profissionalizante no Brasil.

O ensino de ofícios no Brasil no período colonial apresenta indiferença por parte de homens livres, dado a inclusão de escravos na base curricular das escolas de artífices, com isso o processo de institucionalização do ensino profissionalizante no Brasil passa a ser ajustado para atender de forma regulamentada a categoria de artífices com o propósito de diferenciar a estrutura de mão de obra disponível para atender as demandas da produção, uma forma de separar as forças produtivas até então incorporadas no mesmo estrato de trabalho, entre os artífices habilitados pelas escolas de corporações de ofícios e os escravos marginalizados ao trabalho exclusivamente físico. (SÁ, 2016).

A distinção entre o trabalho dos artífices e os escravos foi adaptado a partir do padrão institucional aduzido da Europa, como forma de estancar a universalização do aprendizado do ofício no Brasil, nesse contexto corrobora-se que

O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos a se diferenciar dos escravos, o que era da maior importância diante dos senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou bandeiras) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. (CUNHA, 2000, p. 16).

Segundo Fonseca (1986), as escolas de corporações estavam delimitadas a funções específicas de trabalho, destacando as instituições de artes de carpintaria, artesanato, ferraria, comércio, dentre outras a categorias que estavam sob a égide do mestre de ofício, responsável pela infraestrutura dos instrumentos utilizados nas aulas, bem com a propriedade da competência em repassar aos professores, chamados de oficiais, o conhecimento para ser doutrinado na formação dos aprendizes, a instrução dos oficiais durava, em geral, 04 anos de teoria e prática estando o aprendiz, após a conclusão do curso, apto para exercer função de artífice.

O período histórico da institucionalização do Império apresenta no âmbito do ensino profissionalizante no Brasil, características que representam sinais de ruptura com o modelo vigente na educação profissional, visto que a estrutura estabelecida no

ensino proporcionava exclusivamente a agradar os anseios da elite, marginalizando o contingente de trabalhadores as benesses do desenvolvimento, desta forma a formação da mão de obra qualificada para o mercado apontava a necessidade da intervenção do Estado como agente indutor no ensino profissional, a proposta estabelecida foi a mesma utilizada no período medieval, em que os artífices estavam ligados diretamente aos mestres de ofício. (SÁ, 2016).

Liceus de artes e ofícios foram concebidos em algumas cidades brasileiras, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Ouro Preto e Maceió, no período compreendido entre 1858 e 1886 como destaca Manfredi (2002), o autor destaca a dualidade na essência da educação no Brasil ressaltando que

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2002, p. 78).

De acordo com Sá (2016) o modelo estabelecido pelo governo do Império, havia produzido um fosso a massa trabalhadora na formação da qualificação da mão de obra no Brasil, aprofundando desigualdades sociais refletidos na pequena parcela da sociedade detentora de nível cognitivo elevado, em detrimento de uma grande quantidade de pessoas relegadas aos infortúnios da precariedade do acesso ao ensino no país, formando contingente considerável de analfabetos destinados a pratica de trabalhos simples e extenuantes.

No período da República, segundo Fonseca (1986), o cenário para o ensino profissional apresentava incertezas quanto a metodologia a ser aplicada, a necessidade de reorganizar a base do marco regulatório era premente na concepção ideológica no plano educacional, com isso o Estado assenta sua participação nas diretrizes estruturais como a inversão de recursos financeiros para as escolas de ensino profissionalizante, a oferta do Governo para o ensino profissional estava delimitada a esfera federal, já que não estava habilitado a criar escolas profissionalizantes nos estados, a implantação nos estados estava condicionado a divisão das despesas entre



a União e os estados, em que o Governo assumia o valor referente a um terço da despesa total do projeto.

O cenário no período republicano apresentava ambiente favorável para a difusão das escolas profissionalizantes no Brasil, pois a crescente formação de capital industrial no país fomentava a conveniência de qualificação de mão de obra para atender a demanda especializada do mercado, ainda em Fonseca (1986), 3.362 centros industriais foram edificadas no Brasil, frente a 636 em meados da Proclamação da República, materializando a necessidade da formação de trabalhadores qualificados em trabalhos meticolosos.

Segundo Sá (2016), a década de 1930 caracteriza-se por profundas alterações nas estruturas sociais, visto que o fator político influenciou decisivamente na condução do vetor econômico, sobretudo com o governo de Getúlio Vargas. A implantação de escolas profissionalizantes estava mais flexível, visto que o Ministério da Educação passa a gerir o planejamento da educação de ensino no Brasil, entre as diretrizes definidas as escolas profissionalizantes obtiveram mais flexibilidade na liberação para funcionamento na rede de ensino, desde que atendessem às normas mínimas exigidas pelo Estado.

A educação profissional no Brasil apresentava dispersão quanto a verticalização das diretrizes institucionais, visto que a União regulamentava apenas o ensino público federal, enquanto as demais unidades da federação nas esferas estadual e municipal geriam seus institutos de forma regional. A falta de unicidade no contexto da organização da educação profissional entre os estados, municípios e o Governo Federal, os sindicatos organizados supriam as demandas dos trabalhadores, ofertando cursos profissionais como corte e costura. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a dinâmica do estado em promover o ensino profissional no Brasil é consubstanciada pelas vultosas inversões no setor de infraestrutura do país, dado a expansão industrial ocorrida no período, o mercado exigia força de trabalho com maior qualificação. (SÁ, 2016).

A década de 1960 foi marcada por robustos investimentos em grandes projetos estruturais, sobretudo as alocações na matriz energética, o mercado demandava de forma consistente por mão de obra especializada, nesse contexto em 1971 o governo

cria a lei nº 5.692, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que fundamentava o ensino profissional indispensável para toda a formação do ensino médio no país.

De acordo ainda com Sá (2016), no exercício do mandato do Presidente João Batista Figueiredo a Lei nº 5692 foi reestruturada definindo a dispensabilidade da educação profissional no ensino médio no Brasil através da Lei nº 7.044 em 1982.

Wittaczik (2008) demonstra no quadro 1 uma trajetória histórica sobre a educação profissional no Brasil elencando os acontecimentos de cada época desde 1909.

### Quadro 1 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista <sup>3</sup> em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Fonte: Wittaczik, 2008.

A partir do Quadro 1 proposto por Wittaczik (2008) identifica-se que a década de 1930 é considerada como um marco histórico para a Educação Profissional no Brasil, pois foi na era Vargas (1930-1945) que a industrialização adentrou no país e possibilitou a institucionalização das escolas superiores para a formação dessa mão de obra que se fazia necessária nos galpões das indústrias. Outro fato importante a destacar é que foi na década de 1940 a criação do Sistema S, dando ênfase ao surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, no qual proporciona um impulso no atendimento a essa classe operária, atendendo as áreas de formação e lazer da indústria e do comércio.

Atualmente, ainda de acordo com Wittaczik (2008), a formação profissional no Brasil, acontece por meio de escolas de Educação Profissionais tanto públicas quanto privadas. Essas escolas deverão possibilitar aos seus alunos conhecimentos que perpassem pelos conhecimentos técnicos bem como com as tecnologias utilizadas pelas empresas. Diante do exposto, cabe ainda a essas escolas de Educação Profissional ministrar saberes que atinjam a coletividade do grupo, e estejam sintonizados com as novas bases e formas de organização produtiva século XXI.

A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional traz em seu Artigo 39 as diretrizes que permeiam a Educação profissional e tecnológica do âmbito nacional.

Art.39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – da educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art.40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art.41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, pode ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão dos estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art.42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento, e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

Sá (2016) por sua vez, enfatiza que em 1996 o governo promove alterações no texto da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira com implicações diretas suplantando desta forma o amparo às classes mais necessitadas que estiveram sustentadas nas leis anteriores.

Sá (2016) ainda ressalta que o estado assume a posição de indutor do desenvolvimento do ensino profissionalizante no país, com as inversões consistentes do governo na construção de escolas técnicas no período de 2003 a 2010, a proposta era atender as demandas de mão de obra especializada nos setores da economia, culminando em 2011, com a criação da Lei nº 12.513 que dá caráter ao estabelecer o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), de cunho eminentemente social, cuja diretriz consistia em estender a educação profissional e tecnológica a pessoas aptas a entrar no mercado de trabalho.

## **1.1 POLITICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

O debate a respeito de Política Pública estimula o conhecimento prévio relativo a definição da perspectiva do problema público a ser enfrentado pelo governo, na concepção de Secchi (2012) a ação do estado na correção de distorções sociais resulta das consequências negativas que determinado procedimento acarreta de maneira quantitativa ou qualitativa a uma coletividade de pessoas. De modo que a caracterização de um problema público é subjetiva valendo-se da acepção dos atores envolvidos em relação aos interesses políticos convencionais.

Segundo Secchi (2012, p.2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse sentido, o conceito de Política Pública está relacionado ao enfrentamento, por parte do Estado, de questões sociais que apresentam desvios na funcionalidade do bem estar coletivo, através de ações

concretas que eliminem os problemas públicos ou atenuem os efeitos causados no contexto social, partindo desse princípio, o Estado desenvolve um conjunto de programas, ações e atividades para elencar e pôr em prática as orientações e diretrizes traçadas através de vários instrumentos e assim, solucionar os problemas da sociedade e assegurar-lhes o direito à cidadania nos mais variados seguimentos: social, econômico, cultural e meio ambiente.

A universalidade do entendimento da função do Estado no tocante as ações desenvolvidas para erradicar problemas sociais está intrinsecamente ligada a fomentar mecanismos que conduzam o estado de bem-estar social, nesse sentido o governo utiliza a Política Pública para alcançar efeitos positivos na solução de problemas públicos.

O SEBRAE (2008) ressalta que

Para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas (...) Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. (SEBRAE, 2008, p. 5)

A ação da Política Pública parte da premissa da seletividade das demandas apresentadas pela sociedade, ou seja, parte dos problemas elencados não obterão resposta do governo, mesmo que o interesse público consista em valorizar a conquista do bem-estar social. De modo que, os interesses das categorias estarão disputando pela deliberação do estado em atender as reivindicações específicas, desta forma é necessário que os grupos interessados em Política Pública estejam consubstanciados com o prestígio adquiridos junto aos poderes da república. SEBRAE (2008).

De acordo com Lima (2014), a constituição garante aos cidadãos brasileiros direitos acerca de ações relativas a questões sociais, culturais e econômicas, que podem ser reivindicadas junto ao Estado através da formulação de propostas por meio de entidades públicas ou privadas, que serão transformadas em políticas públicas, alcançando de forma segmentada determinados grupos da sociedade ou a beneficiar diferentes categorias de trabalhadores organizados. As decisões relativas a política

pública nem sempre estão em consonância com o interesse público, sobretudo quando as predileções dos atores políticos estão em sentido oposto às demandas da sociedade.

As políticas públicas possuem caráter universal nas suas deliberações, não segregando classes sociais, categorias profissionais, caracteriza-se pelo modo soberano do governo em deferir preceitos regulamentados por Leis. A sociedade tem papel fundamental no pleito de política pública, emana da sociedade as reivindicações para que possam ser elaboradas pelos poderes executivo ou legislativo as diretrizes de políticas públicas para os mais variados segmentos sociais, de modo que em determinadas situações a sociedade tem o direito de realizar avaliações das políticas públicas implantadas. (LIMA, 2014).

De acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015), a política pública é entendida como a atuação do governo em determinar através de um cenário político as deliberações acerca do problema público, nesse sentido para que a Política Pública se torne concreta é essencial a junção de ações que em conformidade com o interesse político seja deliberada para formação da agenda pública.

Diante desse contexto, as políticas públicas utilizam instrumentos distintos para alcançar os objetivos de bem-estar social, prevalecendo dois determinantes ativos na fase de planejamento como o interesse público em resolver o gargalo social e a apresentação do problema que seja coletivamente importante. Desta forma a participação da sociedade no processo de apresentação do problema público para o debate com os poderes da união é de fundamental importância, visto que nem sempre o interesse público está alinhado com a ação política.

Sendo assim, a política pública e a qualificação profissional são instrumentos que se alinham de forma substancial na formação de mão de obra especializada para atender a demanda do setor produtivo, visto que o conhecimento técnico é fator de produtividade para as organizações empresariais. Essa qualificação profissional permitirá que o trabalhador possua vantagem competitiva para atender as exigências do mercado, visto que o impacto das transformações tecnológicas tem afetado consideravelmente as relações sociais de trabalho. (AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015).

Lourenço (2015), por sua vez, enfatiza que o investimento na qualificação profissional do trabalhador é imprescindível para a empregabilidade no mercado laboral, o trabalhador que adquire competências específicas torna-se apto a exercer com maior rendimento as tarefas exigidas no ambiente produtivo. Desta forma, estabelece-se implicações positivas entre a educação profissional direcionada e a produtividade marginal da mão de obra especializada.

O debate acerca do ensino profissionalizante torna-se essencial, o propósito é de elevar o nível da produtividade do trabalhador a médio e a longo prazo, através de políticas públicas de educação técnica que diminua de forma consistente as exigências do mercado de trabalho, levando em consideração a formação por via da qualificação profissional do contingente de trabalhadores aptos para o setor produtivo, bem como fomentar as gerações futuras para a educação profissionalizante. O objetivo é quebrar os paradigmas tradicionais que reprimem o desenvolvimento profissional do trabalhador, qualificando o ensino com processo metodológico que insira na formação acadêmica do trabalhador a oportunidade de ampliar a capacitação através do conhecimento. (ALVES E VIEIRA,1995).

Segundo Lima (2014), a política pública de educação profissionalizante e as oportunidades de trabalho estão estreitamente relacionados, visto que o modelo de qualificação profissional atribuído aos trabalhadores, permitem a inserção de mão de obra capacitada nas empresas que demandam por maior nível técnico laboral. O ensino profissionalizante viabiliza o aperfeiçoamento das forças produtivas, elevando a capacidade do governo em combater o subdesenvolvimento sócio econômico, através da melhoria na qualidade produtiva e da capacitação técnica do trabalhador.

Alves e Vieira (1995) afirma que o modelo atual de gerenciamento organizacional acompanha o ritmo das inovações tecnológicas, bem como a carência de postos de trabalho com nível mais elevado de qualificação, exigindo dos trabalhadores habilidades específicas para que sejam absorvidos no ambiente corporativo. O cenário que se configura no mercado de trabalho é de evolução nos processos produtivos nas empresas e a capacitação da mão de obra é fator preponderante para atender as demandas corporativas.

O papel das instituições educacionais que compõe o sistema S, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercio (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Industria (SENAI) atuam e tem papel fundamental na formação e qualificação dos trabalhadores servindo de base para a execução das políticas públicas no cenário brasileiro.

Diante do exposto, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) vem como uma ação primordial para a execução dessas políticas públicas com fins de atender a mão de obra carente de qualificação e assim chegar ao maior número de pessoas tanto nos grandes centros como também nos interiores dos estados brasileiros.

### **1.1.1 Política Pública de Educação Profissional no Brasil: O PRONATEC**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), foi criado no Brasil em 2011 por meio da Lei nº 12.513 do Governo Federal, instituindo a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes do ensino médio da rede pública e privada, pessoas com deficiência, desempregados, beneficiários de programa de transferência de renda, trabalhadores incluindo os da agricultura familiar, extrativistas, pescadores. O seu objetivo é promover a educação profissional e tecnológica, tendo como meta a propagação para todas as regiões do país o atendimento do ensino profissionalizante articulado com a base curricular do ensino médio no Brasil. Ações de assistência educacional e financeira foram liberados aos beneficiários com a visão de capacitá-los para acompanhar as exigências do mercado.

De acordo com o Ministério da Educação, o PRONATEC tem como escopo



I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;  
 II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;  
 III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;  
 IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;  
 V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.  
 VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016)

Segundo as diretrizes da Lei nº 12.513, o programa cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e assinala a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas de ensino superior e de instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei. O programa abrange os seguintes eixos tecnológicos, como está discriminado abaixo no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação:

1. Ambiente e Saúde: Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Cursos: Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas, Biotecnologia, Citopatologia, Controle Ambiental, Cuidado de Idosos, Enfermagem, Estética, Farmácia, Gerência de Saúde, Hemoterapia, Imagem Pessoal, Imobilização Ortopédica, Massoterapia, Meio Ambiente, Meteorologia, Nutrição e Diética, Óptica, Órteses e Próteses, Podologia, Prótese Dentária, Radiologia, Reabilitação de Dependentes Químicos, Registros e Informações Saúde, Saúde Bucal, Vigilância Saúde, Equipamentos Biomédicos e Reciclagem.

2. Controle e Processos Industriais: Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização de processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial. Contudo, também abrange, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. Cursos: Eletromecânica, Eletroeletrônica, Análises Químicas, Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Manutenção Automotiva, Manutenção de Aeronaves e Aviões, Manutenção de Aeronaves Grupo Motopropulsor, Mecânica, Mecatrônica, Metalurgia, Petroquímica, Química, Refrigeração e Climatização, Sistema a Gás, Soldagem, Manutenção de Aeronaves em Célula e Sistema de Energia Renovável.

3. **Desenvolvimento Educacional e Social:** Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas, privadas e demais instituições. Tradicionalmente, são funções que apoiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa dentro e fora da escola. Os serviços de desenvolvimento educacional são realizados em espaços como secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal. Cursos: Alimentação Escolar, Biblioteca, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos, Orientação Comunitária, Secretaria Escolar, Tradução e Interpretação de Libras, Ludoteca e Treinamento de Cães Guia.
4. **Gestão e Negócios:** Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e áreas de atuação. Cursos: Administração, Logística, Comércio, Comércio Exterior, Contabilidade, Finanças, Marketing, Qualidade, Recursos Humanos, Secretariado, Serviços Jurídicos, Transações Imobiliárias e Vendas.
5. **Informação e Comunicação:** Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Atua na especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação. Sobretudo, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo. Cursos: Processos Fotográficos, Telecomunicações, Computação Gráfica, Informática, Informática para Internet, Manutenção e Suporte Informática, Programação e Jogos Digitais, Redes de Computadores, Telecomunicações.
6. **Militar:** Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas. Abrange operações, logística, manutenção, suprimento, armazenamento, informações, controle do espaço aéreo, controle aéreo de operações navais e terrestres, necessários à condução das atividades militares. Curso: Equipamento de Engenharia.
7. **Infraestrutura:** Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura. Abrange obras civis, topografia, transporte de pessoas e bens, mobilizando, de forma articulada, saberes e tecnologias relacionadas ao controle de trânsito e tráfego, ensaios laboratoriais, cálculo e leitura de diagramas e mapas, normas técnicas e legislação. Cursos: Aeroportuário, Agrimensura, Carpintaria, Desenho de Construção Civil, Edificações, Estradas, Geodésia e Cartografia, Hidrologia, Portos, Saneamento, Trânsito, Transporte Dutoviário e Transporte de Cargas.
8. **Produção Alimentícia:** Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes nessa elaboração ou industrialização. Cursos: Cervejaria, Agroindústria, Alimentos, Confeitaria e Panificação.

9. **Produção Cultural e Desing:** Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais. Cursos: Produção de Áudio e Vídeo, Modelagem do Vestuário, Multimídia, Paisagismo, Artesanato, Comunicação Visual, Conservação e Restauo, Desing de Calçados, Desing de Embalagens, Desing de Interiores, Desing de Móveis, Fabricação de Instrumentos Musicais, Produção de Moda, Rádio e Televisão, Arte dramática, Artes Visuais e Publicidade.

10. **Produção Industrial:** Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas. Cursos Técnicos: Açúcar e Álcool, Biocombustíveis, Calçados, Celulose e Papel, Cerâmica, Curtimento, Fabricação Mecânica, Móveis, Petróleo e Gás, Plásticos, Têxtil e Vestuário.

11. **Segurança:** Compreende tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e do patrimônio que contribui para a construção de uma cultura de paz, de cidadania e de direitos humanos nos termos da legislação vigente. O eixo vincula-se com as áreas de formação de profissionais de segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. Envolve a atuação em espaços públicos e privados. Abrange, transversalmente, a Legislação Nacional e Internacional no que se refere aos direitos humanos e cidadania, primando pela dignidade da pessoa. A atuação nas carreiras públicas fica condicionada ao atendimento das normas específicas, notadamente do concurso público. Curso Técnico: Segurança do Trabalho.

12. **Recursos Naturais:** Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Cursos Técnicos: Agricultura, Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura, Florestas, Geologia, Mineração, Zootecnia, Agroecologia, Fruticultura e Recursos Pesqueiros.

13. **Turismo, Hospitalidade e Lazer:** Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. Cursos Técnicos: Agenciamento de Viagem, Cozinha, Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem, Lazer e Serviços de Restaurantes e Bar. (CENTRAL, 2016).

Como afirma Lima (2014) o PRONATEC dispõe de cursos de conhecimento técnico, com plataforma curricular baseado na carga horária de no mínimo de 800 horas

e cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas, que são ofertados por instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como em unidades privadas de educação técnica profissional e de ensino superior. As instituições de ensino como o SENAC, SENAI, SENAR e SENAT, também oferecem cursos gratuitos no âmbito do programa. O Programa apresenta três modalidades de cursos:

- Técnico, com duração mínima de um ano para os que terminaram do ensino médio;
- Técnico, com duração de mínima de um ano para os matriculados no ensino médio;
- Qualificação Profissional, com duração mínima de dois meses para os beneficiários de programas federais de transferência de renda, trabalhadores e os matriculados no ensino médio.

A agenda positiva do PRONATEC induz a ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica no Brasil, por meio da integração dos atores de política pública e as ações do ensino profissionalizante, medida que contribui para a formação de mão de obra qualificada gerando estoque de trabalhadores especializados para a absorção no mercado de trabalho (MAPA, 2015).

O PRONATEC está estruturado em cinco frentes de atuação tais como: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; Bolsa-Formação. O Quadro 2 traz um resumo de cada umas dessas frentes de atuação.

## Quadro 2 – Frentes de atuação do PRONATEC

<b>1. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>
Entre 2003 e 2014 foram construídas 422 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entregues à população, elas foram somadas as 140 unidades construídas entre 1909 e 2002. Hoje, a Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, totalizando 562 campi em funcionamento.
<b>2. Programa Brasil Profissionalizado</b>
O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional integrada ao ensino médio nas redes estaduais. Por meio do programa, o governo federal repassa recursos para as redes de educação profissional dos estados e do Distrito Federal. O Governo Federal realizou convênios junto aos estados e ao Distrito Federal que totalizam cerca de dois bilhões de reais para a construção, reforma e ampliação de escolas estaduais, instalação de laboratórios de apoio aos cursos técnicos e capacitação de docentes e gestores escolares. Até o final de 2015, foram construídas, reformadas e ampliadas 342 escolas públicas estaduais aptas a ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio.
<b>3. Rede e-Tec Brasil</b>
Por meio da Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de qualificação profissional, na modalidade a distância. Participam as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.
<b>4. Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem</b>
Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI e do SENAC, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores. O Acordo foi celebrado em 2008 e, em 2014, as instituições atingiram o percentual de alocação de 66,7% da receita líquida oriunda da contribuição compulsória nos seus programas de gratuidade.
<b>5. Bolsa-Formação</b>
Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o PRONATEC criou a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. A iniciativa oferta cursos técnicos para estudantes matriculados no ensino médio (cursos técnicos concomitantes), para quem concluiu o ensino médio (cursos técnicos subsequentes, por meio do Sisutec), para estudantes da educação de jovens e adultos e, ainda, cursos de qualificação profissional.

Fonte: Ministério da Educação, 2016. Elaborado pelo autor, 2017.

A articulação do programa no país é estruturada entre instituições de ensino que ofertam cursos de acordo com a especificidade dos beneficiários de cada região. A flexibilidade do programa permite a formação de turmas exclusivas dentre as instituições ofertantes dos cursos, facilitando a adequação do público alvo nas diversas localidades.

Baseado no Mapa da educação profissional (2015), o PRONATEC construiu espaço para novos projetos na educação profissional, a ampliação e construção de 208 novos institutos federais entre 2011 e 2014, através da oferta do ensino gratuito em cursos técnicos profissionalizantes, elevando o nível cognitivo dos beneficiários por meio de atividades de pesquisa e extensão. Outra iniciativa do PRONATEC foi a oferta através da capacidade física instalada dos agentes de educação técnica, a criação do Bolsa Formação baseado na liberação de recursos para as bolsas de estudo nas instituições de ensino profissionalizante, facilitando assim para o beneficiário custear as despesas com transporte, alimentação e auxílio estudantil.

O impacto da Bolsa Formação no PRONATEC reflete nos valores investidos por categoria do programa. Identifica-se que mais da metade das inversões foram destinados a essa modalidade, justificada pela elevada quantidade de matrículas realizadas no período de 2011 a 2015. O Quadro 3 nos mostra em detalhes os investimentos realizados no PRONATEC pelo governo federal nos anos de 2011 a 2015.

**Quadro 3 - Investimento no PRONATEC (2011-2015) em R\$**

<b>INICIATIVA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
BOLSA FORMAÇÃO	8.284.725.453,81
EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL	5.199.892.371,84
REDE E-TEC BRASIL	556.567.615,83
BRASIL PROFISSIONALIZADO	1.049.931.687,80
<b>TOTAL</b>	<b>15.091.117.129,28</b>

Fonte: MAPA, 2015.

O PRONATEC implantou na educação profissional no Brasil, a expectativa da garantia do ensino profissionalizante para atender as demandas dos agentes produtivos nas diferentes regiões do país, de modo que a oferta de cursos possa ser absorvida pela demanda dos trabalhadores qualificados, e que os participantes dos cursos sejam dirigidos aos bancos de oportunidades de trabalho, coordenados pela parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego (MAPA, 2015).

## **2 A INSTITUIÇÃO SENAC E SUA ATUAÇÃO NO RN**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma entidade de direito privado com organização e administração delegadas à Confederação Nacional do Comércio. O Senac surgiu a partir de reivindicações dos empresários do comércio para formar, manter e administrar um organismo de formação profissional, sobretudo, para o setor terciário. Assim, o Senac foi criado no dia 10 de janeiro de 1946, através dos Decretos-lei Nº 8621 e 8622.

Trata-se de uma instituição privada, sem fins lucrativos, com finalidade pública. Pois, parte de sua receita é subvencionada através da contribuição compulsória das empresas do setor de comércio e serviços.

O Senac atua em sintonia com as necessidades do mercado, atento às demandas de qualificação do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e aos novos perfis profissionais requisitados pelo mercado de educação profissional em nosso país. Além de realizar pesquisas que orientam a oferta de novos cursos e promover uma revisão permanente de seu portfólio, segundo as diferentes realidades regionais, o Senac investe na atualização constante do seu corpo funcional em todo o país.

Com a missão de “educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”, há mais de 70 anos a instituição oferece cursos de excelência, contribuindo para a melhoria de vida de milhões de brasileiros. No Estado do Rio Grande do Norte o Senac conta com atuação de 09 unidades fixas localizadas em municípios polos: Natal, Macaíba, Mossoró, Assu e Caicó. Além disso, a instituição conta com 03 unidades móveis nas áreas de "Moda e Beleza", "Turismo e Hotelaria" e "Informática e Gestão". Elas cruzam os municípios potiguares, levando infraestrutura pedagógica de última geração às cidades onde a instituição não possui estrutura física móvel e, portanto, viabilizando a qualificação profissional para pessoas de todas as regiões do Estado.

**Figura 1 – Localização das Unidades fixas no RN**



Fonte: SENAC, 2016.

Por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG) a entidade oferece, gratuitamente, educação profissional de qualidade, com o objetivo de promover a inclusão social através da oferta de vagas gratuitas para a população de baixa renda em cursos de Formação Inicial e Nível Técnico.

Além disso, o Senac é parceiro de diversos projetos que beneficiam jovens e adultos de classes sociais menos favorecidas, como é o caso do PRONATEC, ampliando ainda mais suas ações. São mais de sete décadas transformando vidas e formando trabalhadores, o que contribui para a geração de emprego e renda no Brasil.

O alto padrão, que já é marca reconhecida, é resultado de uma equipe de profissionais dinâmicos e atualizados, do uso de metodologias diferenciadas e do oferecimento de cursos inovadores e sintonizados com as necessidades do mercado. São com esses elementos que, a cada ano, a instituição adiciona excelência ao currículo e à trajetória de milhares de profissionais.



De acordo com o Art. 1º do Regimento Interno do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, organizado e administrado pela Confederação Nacional do Comércio, nos termos do Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, tem por objetivo:

- a) Realizar, em escolas ou centros instalados e mantidos pela instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem comercial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob a sua jurisdição, nos termos do dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) Orientar, na execução da aprendizagem metódica, as empresas às quais a lei concede essa prerrogativa;
- c) Organizar e manter cursos práticos ou de qualificação para o comércio adulto;
- d) Promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização, assistindo, por esse meio, aos empregadores na elaboração e execução de programas de treinamento de pessoal dos diversos níveis de qualificação;
- e) Assistir, na medida de suas disponibilidades, técnicas e financeiras, às empresas comerciais, no recrutamento, seleção e enquadramento de seu pessoal;
- f) Colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior imediato que com ele se relacionar diretamente. (RELATÓRIO, 2016).

Utilizando-se ainda do seu Regimento interno no Art. 3º, o Senac tem como finalidade para a consecução de suas atividades:

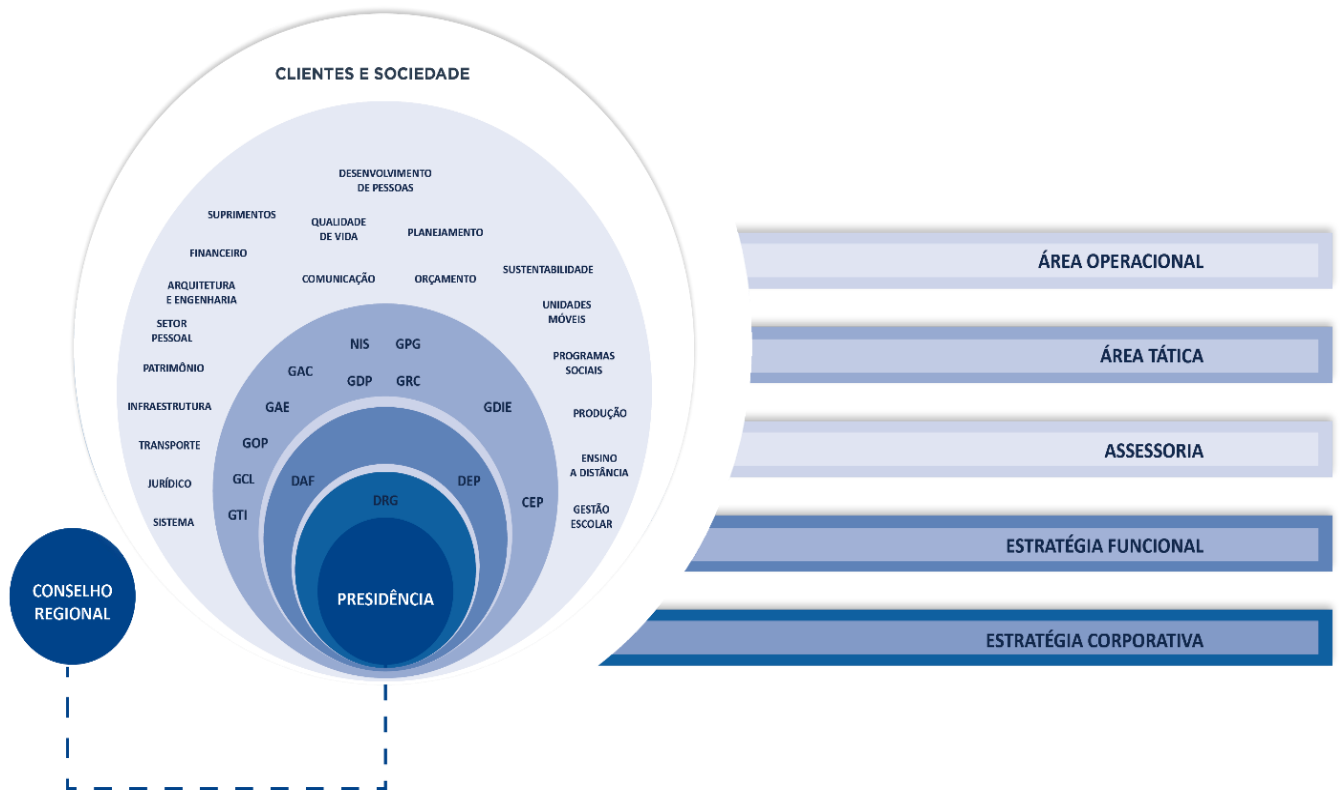
- a) Organizar os serviços de aprendizagem comercial e de formação, treinamento e adestramento para o comerciário adulto, adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais, do mercado de trabalho;
- b) Utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes tanto públicos, como particulares;
- c) Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais particulares e agências de organismos internacionais, especialmente de formação profissional e de pesquisas de mercado de trabalho;
- d) Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de aprendizagem comercial;
- e) Conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico para formação e aperfeiçoamento;
- f) Contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços;
- g) Participar de congressos técnicos relacionados com suas finalidades;
- h) Realizar, direta ou indiretamente no interesse do desenvolvimento econômico-social do País, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais dos seus usuários, sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do comerciário e sobre as condições socioeconômicas da empresa comercial;

- i) Oferecer formação inicial, com mínimo de cento e sessenta horas, em programa de gratuidade;
- j) Reconhecer e certificar a experiência profissional como formação inicial de trabalhadores, inserida nos itinerários formativos como condição para a realização de cursos iniciais de menor duração;
- l) Utilizar a metodologia dos itinerários formativos como princípio da educação continuada para a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica e de nível médio;
- m) Garantir oferta de vagas gratuitas em aprendizagem, formação inicial e continuada e em educação profissional técnica de nível médio, a pessoas de baixa renda, na condição de alunos matriculados ou egressos da educação básica, e a trabalhadores, empregados ou desempregados, tendo prioridade no atendimento aqueles que satisfizerem as condições de aluno e de trabalhador, observado o disposto nas alíneas “i”, “j” e “l”. (RELATÓRIO, 2016).

As áreas de atuação do Senac, em geral, abrangem o atendimento dos trabalhadores do comércio e atividades semelhantes, bem como a empresa comercial e todo o conjunto de serviços que auxiliem e preparem o mesmo para um melhor desenvolvimento. Possui também uma atuação na formação do menor aprendiz.

A figura 2 exibe a estrutura organizacional do Senac RN, representada por um organograma de formato circular. Esse novo modelo, considerado inovador, passou a ser utilizado na instituição a partir de 2016.

**Figura 2 – Organograma funcional do Senac /RN**



Fonte: Relatório de Gestão do Senac/RN, 2016.

A partir desse novo organograma obteve-se o agrupamento das funções ocupacionais em cinco áreas da instituição são elas:

- Estratégia Corporativa: alocando a Presidência do Senac RN e a Direção Regional;
- Estratégia Funcional: estão a Diretoria Administrativa Financeira e a Diretoria de Educação Profissional;
- Área Tática: estão alocados as gerências funcionais e os centros de educação profissional, e;
- Área Operacional: alocando as coordenações que organizam as atividades operacionais do Regional.

Além de demonstrar uma maior integração entre as equipes, o novo organograma visa, principalmente, ajustar o foco da operação do Senac RN aos interesses dos Clientes e da Sociedade. Com isto, ajustar o foco pode ser interpretado como perceber a demanda no mercado de trabalho, considerando o cenário econômico vivenciado naquele ano, tanto pelas empresas em atividades do comércio de bens, serviço e turismo quanto pelos profissionais e, também, responder aos interesses e demandas da sociedade (instituições, governos, órgãos de controle, etc.).

Em relação ao planejamento organizacional, a visão, a ser alcançada até 2019, é compartilhada por **ser a instituição brasileira que oferece as melhores soluções em educação profissional, reconhecida pelas empresas**. Os valores do Senac, no âmbito nacional, são expressos pelas declarações de:

- Transparência;
- Inclusão Social;
- Excelência;
- Inovação
- Atitude Empreendedora;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Educação para autonomia.

Em todo o Brasil, o planejamento adota a metodologia de gestão estratégica denominada *Balanced ScoreCard*. Esta metodologia já era praticada pela gestão do Senac RN, que tem como base o estabelecimento de objetivos estratégicos organizados em quatro perspectivas: 1) financeira; 2) clientes e sociedade; 3) processos internos; 4) aprendizado e crescimento.

Pelo Senac Departamento Nacional são apontados treze objetivos estratégicos, que são apresentados no Quadro 4. No Senac RN, particularmente, foi acrescido o objetivo Desenvolver a Gestão Institucional, inserido na perspectiva Processos Internos.

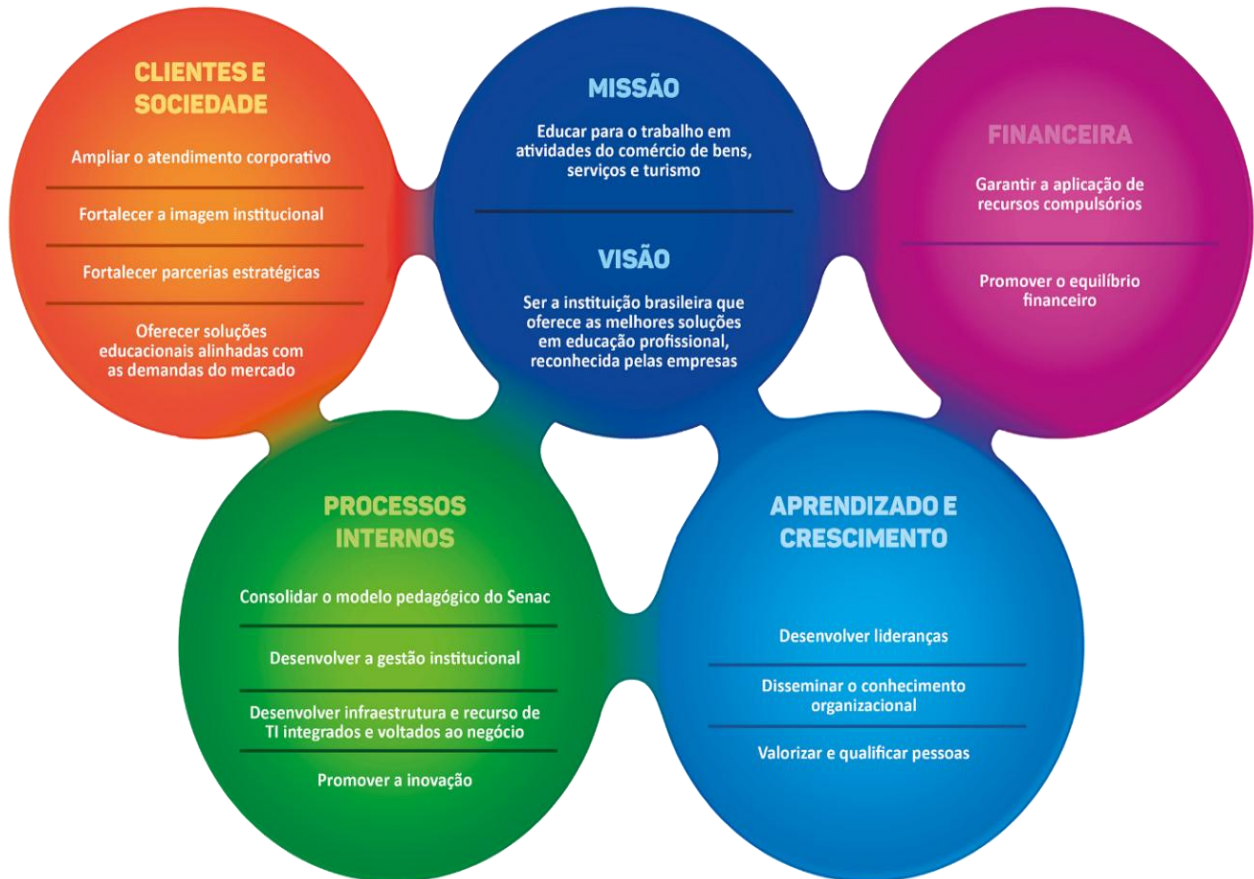
Quadro 4: Objetivos Estratégicos do SENAC/RN no ciclo 2016-2019

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Missão	Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo	Monitorar a produção em matrículas e carga horária executada do DR
Financeira	Garantir a aplicação de recursos compulsórios	Garantir que os recursos compulsórios sejam aplicados nas ações do Programa Senac Gratuidade
	Promover o equilíbrio	Monitorar o desempenho financeiro do DR, de forma a garantir a sustentabilidade
Clientes e Sociedade	Ampliar o atendimento corporativo	Fortalecer o relacionamento com empresas, ampliando as ofertas das soluções educacionais
	Fortalecer a imagem institucional	Evidenciar a marca da instituição perante a sociedade
	Fortalecer parcerias estratégicas	Estabelecer parcerias que promovam o mútuo crescimento
	Oferecer soluções educacionais alinhadas com as demandas de mercado	Monitorar as ofertas do Senac em alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho
Processos Internos	Consolidar o modelo pedagógicos do Senac	Disseminar a metodologia de ensino do Senac em âmbito nacional
	Desenvolver a gestão institucional	Promover o pleno funcionamento gerencial da instituição
	Desenvolver a infraestrutura e recurso de TI integrados e voltados ao negócio	Promover a integração dos recursos tecnológicos voltados ao modelo de gestão Senac
	Promover a inovação	Promover ações para inovação dos processos de trabalho e das ofertas educacionais
Aprendizado e Crescimento	Desenvolver lideranças	Fortalecer as ações de desenvolvimento de líderes
	Disseminar o conhecimento organizacional	Disseminar o conhecimento para o exercício de boas práticas
	Valorizar e qualificar pessoas	Fortalecer as ações de capacitação e desenvolvimento do quadro de colaboradores

Fonte: Relatório de Gestão SENAC/RN, 2016.

Na Figura 3 demonstra-se graficamente, os objetivos estratégicos que foram apresentados aos colaboradores a partir do Mapa Estratégico do SENAC / RN.

Figura 3 – Mapa Estratégico do SENAC /RN



Fonte: Relatório de Gestão do SENAC/RN, 2016.

## **2.1 METODOLOGIA**

Este capítulo apresenta o tipo de pesquisa desenvolvido, bem como as técnicas de coleta e de análise de dados que foram empregadas para alcançar o objetivo proposto do estudo.

### **2.2.1 Caracterização da pesquisa**

O estudo tem por finalidade analisar a execução do PRONATEC como canal de qualificação profissional no âmbito do SENAC/RN no período de 2012 a 2016 e caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de caráter exploratório.

Marconi e Lakatos (2010) ressalta que a pesquisa de campo pode ser conceituada como um método de garimpagem de informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa de campo vai mais além do que uma simples coleta de dados, nela o investigador define qual o caminho a seguido de acordo com o objetivo da pesquisa e assim podendo descartar os demais caminhos sem nenhum dano ao desenvolvimento da mesma.

Esta pesquisa ainda tem um caráter documental e bibliográfico, pois foi a partir de materiais informacionais produzidos por autores dos referidos assuntos da pesquisa, tais como: livros, artigos, dissertações e teses, e ainda documentos e relatórios de gestão do SENAC abrangendo as áreas da Economia, Políticas públicas e qualificação profissional. Gil (1999) ressalta que a pesquisa bibliográfica se assemelha muito a pesquisa documental, a única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamenta nas publicações dos autores, a pesquisa documental está baseada em materiais que ainda não receberam algum tratamento analítico, ou que poderão ser reelaborados de acordo com a pesquisa.

Em relação à abordagem teórico-metodológica, optou-se pela quantitativa interpretativa, por entender que para o desenvolvimento da pesquisa que busca

analisar a execução do PRONATEC como canal de qualificação profissional no âmbito do RN por meio do SENAC foi a mais apropriada para a obtenção dos resultados.

### **2.3.1 Caracterização do universo**

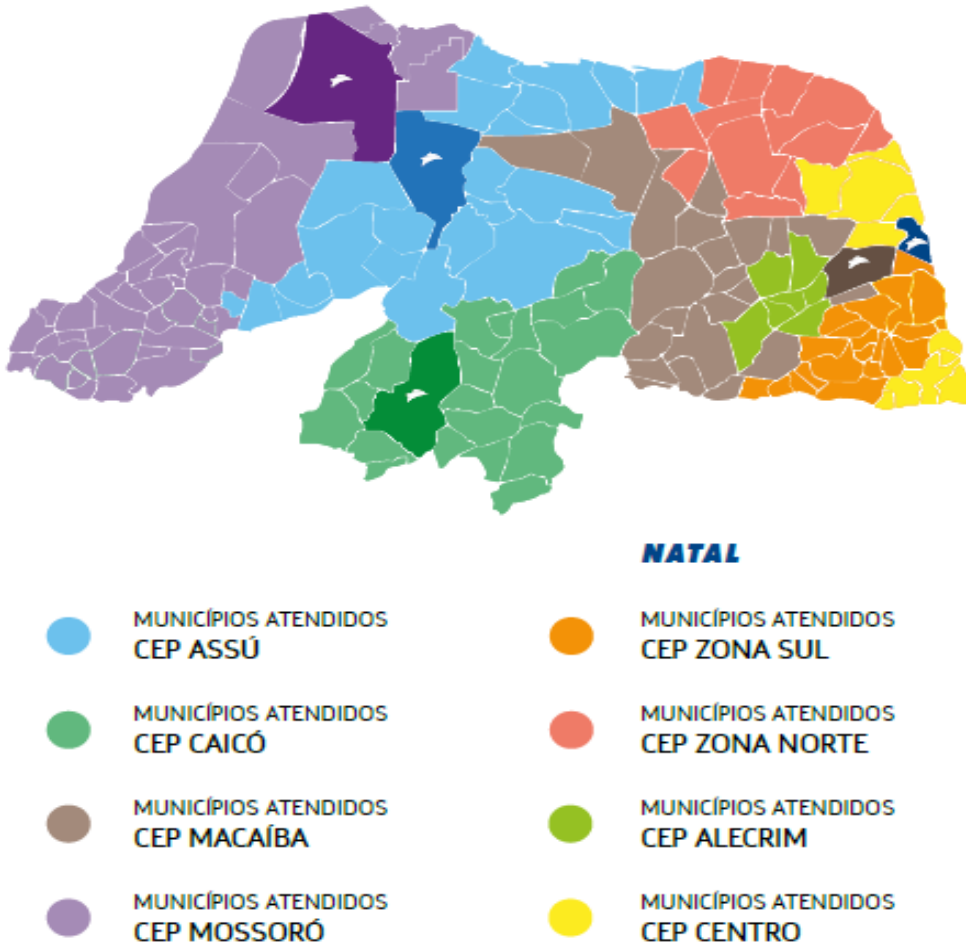
No Rio Grande do Norte o Senac está vinculado ao Sistema Fecomércio, que é uma organização composta ainda pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC). O Senac RN possui 09 unidades fixas e 03 unidades móveis. As unidades de ensino fixas são denominadas de CEP – Centro de Educação Profissional.

Há mais de 7 décadas, a instituição investe recursos na qualificação e formação de profissionais nas áreas comércio de bens, serviços e turismo. Sua atuação atinge os segmentos de artes, beleza, comércio, comunicação, conservação e zeladoria, design, educacional, gestão, hospitalidade, idiomas, informática, lazer, meio ambiente, moda, produção de alimentos, saúde, segurança e turismo.



Figura 3 – Mapa do Rio Grande do Norte por Área de Jurisdição

## ÁREA DE JURISDIÇÃO



Fonte: Cartilha do colaborador SENAC/RN.

Desde sua criação, em 2011, o PRONATEC tem no Senac um grande parceiro nacional. Instituído pelo Governo Federal para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil, o programa tem assegurado qualificação gratuita a trabalhadores, estudantes e pessoas oriundas de famílias de baixa renda.

### **2.4.1 Técnicas de coleta e análise dos dados**

Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa, a coleta de dados foi realizada em duas etapas. A primeira etapa compreendeu um levantamento bibliográfico e documental, construído a partir dos documentos, resoluções, leis, artigos e livros disponíveis sobre as temáticas, Economia, Políticas públicas e qualificação profissional. A segunda etapa contou com a coleta de dados nos relatórios de gestão do SENAC dos anos de 2012 a 2016 referentes à execução do PRONATEC no RN. Foi coletado também as planilhas de execução do programa em cada interior do estado.

A técnica de análise de dados foi utilizada a interpretação dos dados a partir da observação direta das tabelas e gráficos dispostos e confeccionados no programa *excel* 2010. Essa formatação dos dados proporcionou a geração da correlação entre os anos de execução, bem como a relação de cada eixo de atuação.

## **2.5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

O SENAC RN iniciou as ofertas do PRONATEC no final do exercício 2011 e finalizou sua demanda em julho de 2017. Neste período, foram contemplados 65 municípios, ofertando 1.202 turmas com 86 cursos diferentes, totalizando 76.692 matrículas. O conjunto formado por esses números gerou um total de 12.359.987 em Carga Horária Executada. Vale ressaltar que o escopo deste trabalho compreende os anos de maiores relevâncias, englobando o período de 2012 a 2016.

Fazendo um comparativo dos números realizados pelo Senac e considerando os demais departamentos regionais, observa-se na Tabela 1, que o Senac RN teve uma expressiva participação, ficando na quinta colocação em número de matrículas no cenário nacional, isto é, ficando à frente de regionais importantes como São Paulo e Santa Catarina.

**Tabela 1 – Matrículas PRONATEC nos Departamentos Regionais do Senac**

DR	ANO					TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	
RS	27.553	68.808	87.772	27.596	9.416	<b>221.145</b>
MG	14.254	55.760	45.060	14.009	5.862	<b>134.945</b>
RJ	21.605	34.781	25.732	12.199	3.508	<b>97.825</b>
CE	15.998	35.641	35.931	7.037	1.633	<b>96.240</b>
RN	<b>8.428</b>	<b>26.714</b>	<b>35.512</b>	<b>4.535</b>	<b>1.503</b>	<b>76.692</b>
SP	12.532	18.037	27.871	12.634	3.226	<b>74.300</b>
SC	12.843	26.377	25.164	8.036	1	<b>72.421</b>
PI	9.847	20.370	25.858	7.328	7.455	<b>70.858</b>
PE	12.340	21.436	20.912	5.068	1.469	<b>61.225</b>
PR	5.523	18.660	23.848	7.532	2.716	<b>58.279</b>
MA	11.721	16.610	18.684	4.523	1.104	<b>52.642</b>
GO	5.248	13.925	19.025	4.823	1.212	<b>44.233</b>
RO	3.803	14.936	16.088	4.649	1.760	<b>41.236</b>
BA	6.391	14.472	10.593	2.182	922	<b>34.560</b>
AM	7.140	9.652	11.115	3.454	406	<b>31.767</b>
AL	5.693	12.900	8.404	1.241	300	<b>28.538</b>
RR	4.432	9.783	11.997	1.202	546	<b>27.960</b>
SE	4.346	9.483	10.068	2.596	1.039	<b>27.532</b>
MS	2.996	8.122	11.222	1.549	152	<b>24.041</b>
DF	2.519	5.948	5.424	4.297	1.247	<b>19.435</b>
MT	3.157	7.250	5.764	631	135	<b>16.937</b>
PA	4.362	6.953	4.889	445	70	<b>16.719</b>
AC	1.904	5.124	7.143	1.675	327	<b>16.173</b>
ES	2.206	6.485	5.470	293	-	<b>14.454</b>
PB	2.483	3.941	5.345	865	277	<b>12.911</b>
TO	1.518	3.621	3.549	870	252	<b>9.810</b>
AP	1.790	3.662	2.740	325	-	<b>8.517</b>
<b>TOTAL</b>	<b>212.632</b>	<b>479.451</b>	<b>511.180</b>	<b>141.594</b>	<b>46.538</b>	<b>1.391.395</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A partir do histórico demonstrado na tabela 1, percebe-se que o ano de 2014 foi onde se registrou maior número de atendimento ao público, chegando a 35.512 matrículas. Analisando os valores referentes aos anos de 2012 a 2014 observa-se um crescimento exponencial a cada ano, possibilitando o acesso cada vez mais aos cursos nos interiores do estado do RN.

Em 2015, o programa foi duramente atingido pela crise econômica e pelo ajuste fiscal do Governo, o que resultou em significativa redução no orçamento do Ministério da Educação. Em consequência, houve atraso na pactuação de vagas, realizada

somente no segundo semestre, o que explica a redução de 72,30% no volume de matrículas executadas pelo Senac em relação a 2014.

Verificando ainda a Tabela 1 observou-se que em 2015 foram apenas 141.594 matrículas realizadas pelo Senac no âmbito do PRONATEC. Cabe ressaltar que neste mesmo ano iniciou-se a oferta de cursos a distância via PRONATEC, por meio da Rede Nacional EAD.

A Tabela 2 apresenta os totais das receitas correspondentes a fonte de recursos proveniente do PRONATEC e de vendas de balcão, denominada receita comercial, do Senac/RN dos anos de 2012 a 2016.

**Tabela 2 - TOTAL RECEITA PRONATEC X RECEITA COMERCIAL SENAC RN**

RECEITAS DE MATRÍCULAS	VALORES (R\$)					TOTAL
	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	
<b>COMERCIAL</b>	10.058.303	10.263.240	9.407.116	10.190.129	10.828.809	<b>50.747.597</b>
<b>PRONATEC</b>	10.525.846	32.767.208	46.839.484	8.072.812	2.133.710	<b>100.339.060</b>
<b>TOTAL</b>	<b>20.584.149</b>	<b>43.030.448</b>	<b>56.246.600</b>	<b>18.262.941</b>	<b>12.962.519</b>	<b>151.086.657</b>

Fonte: Sistema MXM Manager / Relatório de Gestão 2012 – 2016.

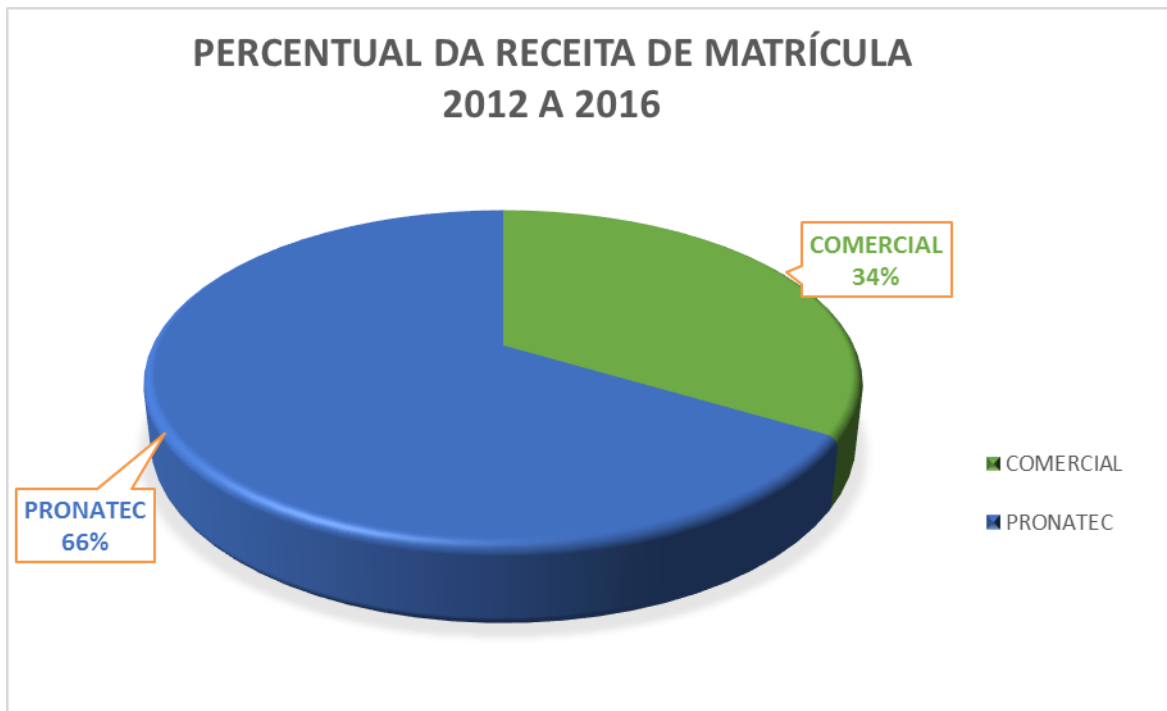
Dados da pesquisa, 2017.

Analisando a Tabela 2 observou-se que as receitas provenientes do PRONATEC nos anos de 2013 e 2014 superaram substancialmente a receita originária da área comercial. A partir desses dados pode-se inferir que o PRONATEC nesses anos foi destaque e o SENAC/RN executou mais turmas do PRONATEC do que de vendas provenientes de balcão. É importante ressaltar que, a contabilização da receita segue a regra de execução da carga horária, isto é, os números são registrados conforme a carga horária é executada.

Observando ainda a Tabela 2 identifica-se a queda exponencial das receitas de matrículas no Senac/RN no ano de 2016, sobretudo, na participação do PRONATEC. Na pactuação realizada neste ano, poucas turmas foram contempladas. Entretanto, mesmo com um número de matrículas significativamente reduzido em 2016, o Senac/RN ainda registrou uma receita educacional com o PRONATEC no valor de 2.133.710 reais, como resultado da execução de carga horária remanescente dos anos anteriores.

O Gráfico 1 apresenta o percentual do total de receitas de matrículas no período de 2012 a 2016 referentes ao PRONATEC e a área comercial.

**Gráfico 1 – Percentual da receita de Matrícula 2012 a 2016**

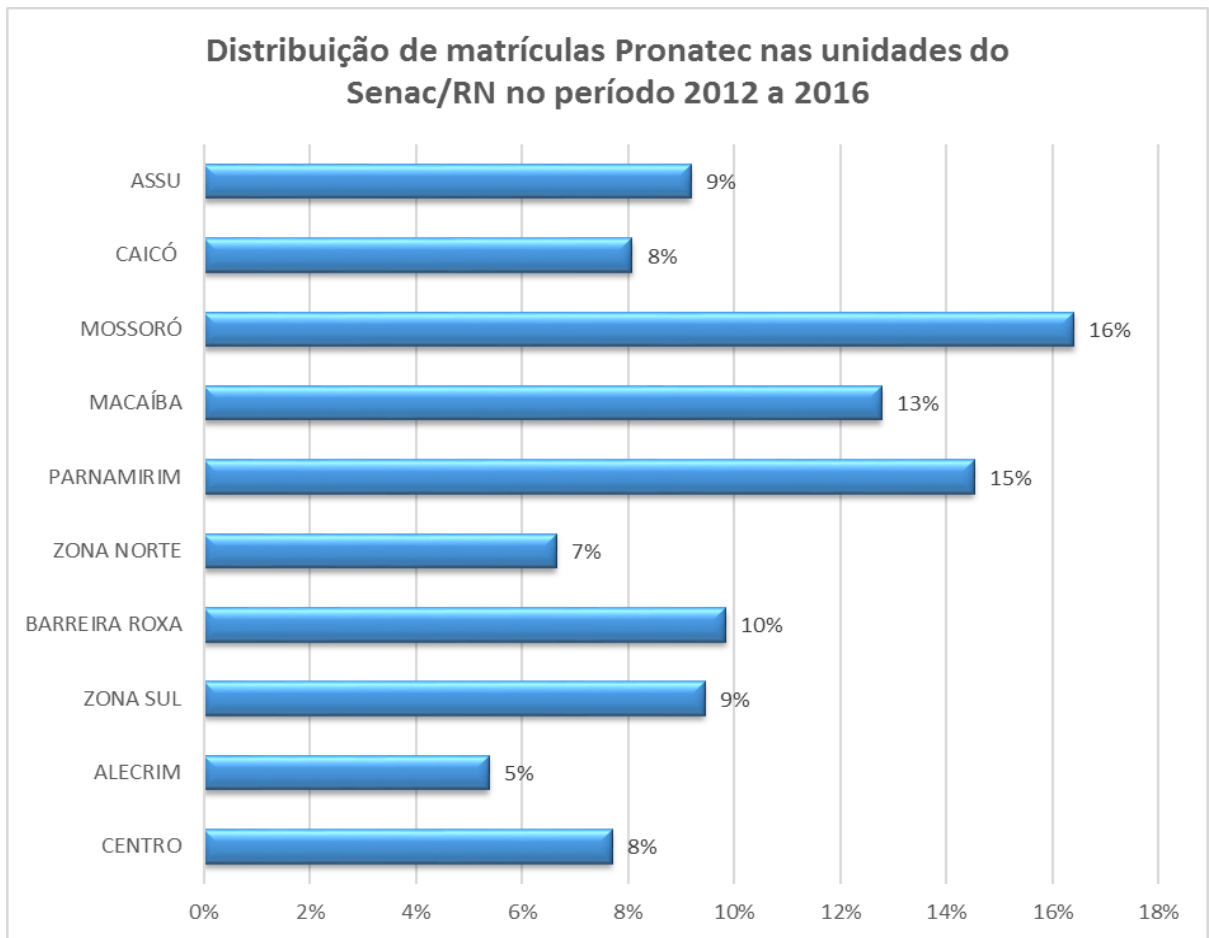


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observando o Gráfico 1 pode-se constatar a relevância do PRONATEC com seus 66% de matrículas efetivadas nos anos de 2012 a 2016 comparando-se aos cursos da área comercial com apenas 34%. Essa predominância do PRONATEC no Senac/RN nos faz refletir de como nesses anos o Governo Federal investiu e disponibilizou cursos para que a população se qualificasse profissionalmente e, assim, pudesse adquirir fator competitivo, numa tentativa de preparar as pessoas para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Do total de matrículas de alunos PRONATEC efetivadas pelo Senac/RN, demonstra-se no Gráfico 2, através de percentual, a distribuição dessas matrículas entre as unidades que compõem o Senac/RN.

**Gráfico 2 – Percentual de distribuição de matrículas PRONATEC nas unidades Senac/RN no período de 2012 a 2016**



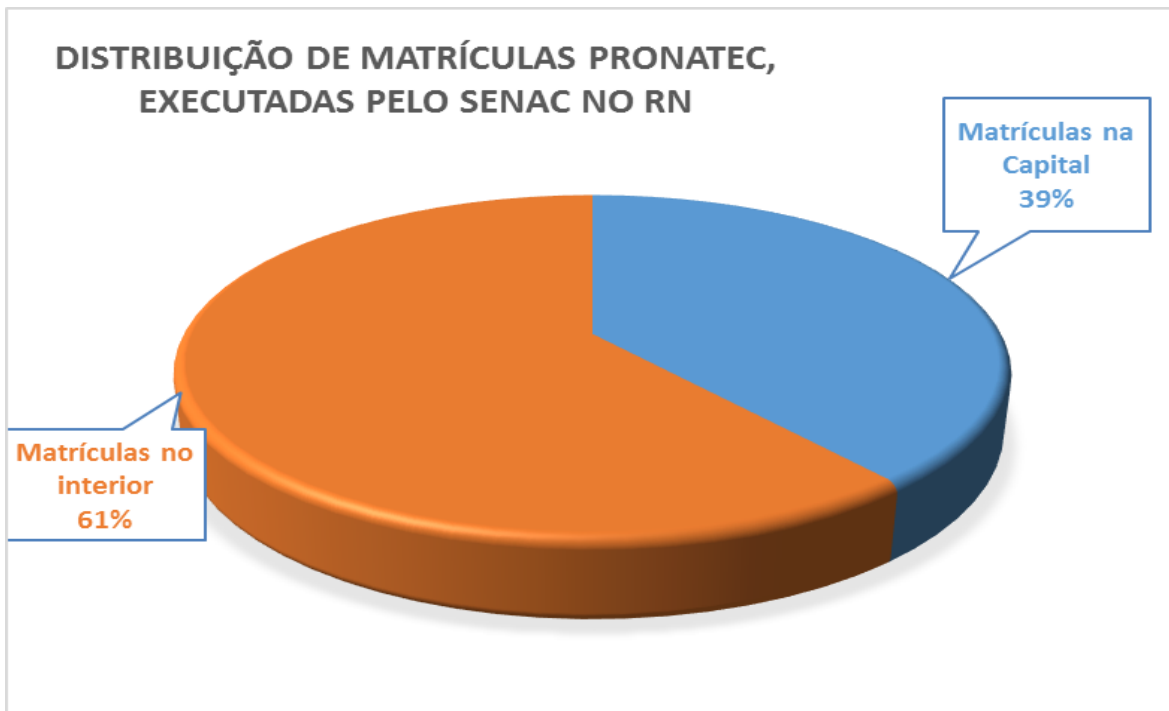
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante do exposto, pode-se referenciar que a unidade que teve maior destaque em relação as matrículas de cursos PRONATEC foi o CEP Mossoró que abrangeu 16% da execução, seguido do CEP Parnamirim com 15% e do CEP Macaíba com 13%. Cabe ressaltar que o CEP Parnamirim, teve sua unidade fixa fechada no início do 2º semestre de 2015, mas as ações que estavam em execução nesta unidade, continuaram a ser desenvolvidas, sendo transferidas para as instalações do CEP Centro.

Levando em consideração o mapa da área de jurisdição, observa-se através da do Gráfico 3, demonstrado abaixo, que 39% das matrículas foram concentradas nas unidades da capital e 61% foram distribuídas para o interior do Estado do RN, o que

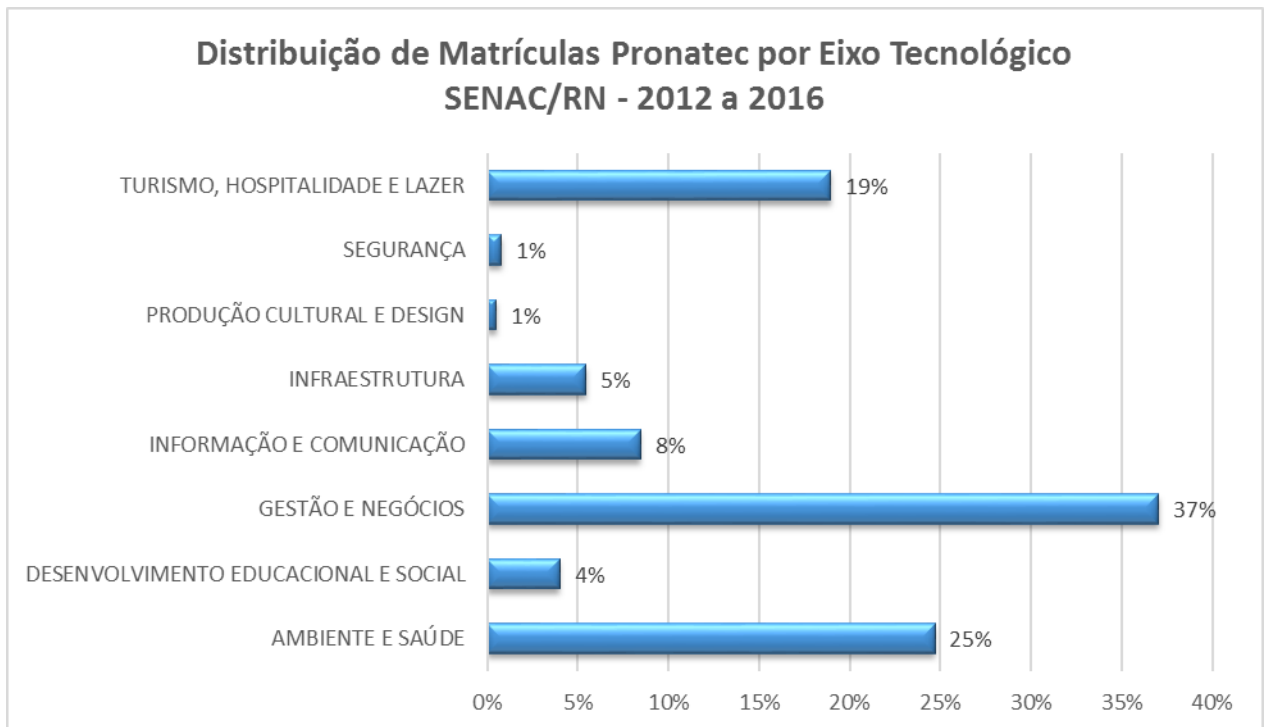
possibilitou levar os cursos a regiões mais distantes dos centros de maior desenvolvimento e de dificuldade de acesso a qualificação profissional.

**Gráfico 3 – Percentual de matrículas PRONATEC distribuídas nos municípios do RN, 2012 a 2016**



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Analisando o percentual de matrículas em relação ao eixo tecnológico, observa-se abaixo no Gráfico 4 que 37% foi concentrado no eixo Gestão e Negócios, que compreende as tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. Em seguida, tiveram destaque os eixos de ambiente e saúde com 25% e Turismo, hospitalidade e lazer com 19%.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre Políticas públicas de emprego e a qualificação profissional são de bastante relevância para que se possam compreender como essas duas temáticas influenciam o desenvolvimento do mercado de trabalho. E ainda, mais especificamente, o estudo da política pública o PRONATEC nos faz refletir de como esse programa proporcionou a população um crescimento profissional.

Desde sua criação em 2011, o PRONATEC no cenário nacional conseguiu expandir seus atendimentos enveredando pelos interiores dos estados brasileiros e possibilitando a população uma porta aberta para os caminhos da qualificação profissional, que antes era bastante estreita como também bem mais difícil o acesso a cursos com este fim.

O Senac de modo geral, como tantas outras instituições, atuou como um facilitador dessa interiorização do PRONATEC, ou seja, levando os cursos que antes existiam apenas nas capitais, para os interiores dos estados brasileiros.

A pesquisa teve como objetivo central analisar a execução do PRONATEC como canal de qualificação profissional no âmbito do SENAC/RN no período de 2012 a 2016. Para tanto, fez-se necessário compreender, por meio de levantamento bibliográfico, a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento da população apta para o mercado de trabalho.

Realizou-se também, ainda por meio de levantamento bibliográfico, uma breve explanação sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, como também foi realizada uma descrição do papel do SENAC/RN na qualificação profissional no âmbito do comércio. E por último, realizou-se a análise da execução do PRONATEC no período de 2012 a 2016 no SENAC/RN.

A partir dos dados coletados por meio dos relatórios de gestão do Senac/RN dos anos de 2012 a 2016, constatou-se que fazendo um comparativo dos números realizados pelo Senac no âmbito nacional, considerando os demais departamentos regionais, o Senac RN teve uma expressiva participação, alcançando a quinta colocação em número de matrículas no cenário nacional, ultrapassando departamentos

regionais com relevante significância, tais como SENAC/São Paulo e SENAC/Santa Catarina.

Constatou-se também que o ano de 2014 foi onde se registrou maior número de atendimentos ao público, chegando a 35.512 matrículas nas diversas Unidades do SENAC/RN. Analisando os valores referentes aos anos de 2012 a 2014 observou-se um crescimento exponencial a cada ano, possibilitando o acesso cada vez mais aos cursos nos interiores do estado do RN.

Verificou-se que as receitas provenientes do PRONATEC nos anos de 2013 e 2014 superaram substancialmente a receita originária de vendas de balcão, chamada receita comercial. A partir desses dados pode-se inferir que o PRONATEC nesses anos obtinha um lugar de destaque na geração das receitas do SENAC/RN. É importante ressaltar que, a contabilização da receita segue a regra de execução da carga horária e, portanto, percebe-se que neste período o Senac/RN executou muito mais cursos do PRONATEC do que cursos vendidos no balcão.

Diante do exposto, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível analisar a execução do PRONATEC no âmbito do SENAC/RN explorando os anos de 2012 a 2016.

Apesar de considerar o objetivo proposto alcançado, cabe ressaltar a dificuldade encontrada ao longo da pesquisa para extração dos dados. Essa dificuldade se deu, sobretudo, em virtude de mudança de sistema e alterações ocorridas no modo de apuração da produção por parte do Departamento Nacional do Senac.

Quanto a trabalhos futuros, no que se refere ao estudo sobre o PRONATEC no âmbito do Senac, sugere-se desenvolver estudos que aprofundem a temática, por exemplo: estudos relacionados a colocação dos alunos que concluíram os cursos do Programa, se eles utilizaram-se deste curso para esta colocação no mercado de trabalho; pesquisas relacionadas a diminuição da oferta do Pronatec correlacionando a baixa na qualificação profissional da população do RN dentre outras.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. **Qualificação profissional: uma proposta de política pública**. Brasília: IPEA, 1995. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0376.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0376.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análises em revisão. **Rev. Agenda Política**, v.3, n.2, jul/dez, 2015. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- BERNAL TORRES, César Augusto. Metodología de la investigación. Para administración, Economía, humanidades y ciencias sociales. México. Pearson Educación, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 28 out. 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.513, 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acesso em: 30 set. 2017.
- CENTRAL Pronatec. Disponível em: <<http://centralpronatec.com.br/pronatec/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. 5 v.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Modelos ou Modos de Produção: dos conflitos às Soluções. **Tecnologia Educacional**, v. 29, n. 147, out./nov./dez. 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.
- LIMA, Anabela Pereira Medeiros. **Políticas Públicas de qualificação profissional no Rio Grande do Norte**: análise do Pronatec ofertado pelo SENAR. 2014. 42 f.

Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2014.

LOURENÇO, Teresa Maria da Silva Pinto. **A Importância da Formação Profissional enquanto Investimento em Capital Humano**. 2015. 59 f. Relatório de Estágio (Mestrado em Economia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/29695/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20A%20Import%C3%A2ncia%20da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20enquanto%20Investimento%20em%20Capital%20Humano%20-%202015.pdf> >. Acesso em: 29. nov. 2017.

MACHADO, Nilson José. **Disciplinas e competências na educação profissional**. São Paulo, 2000.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAPA da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=36781-a-contribuicao-pronatec-expansao-educacao-profi-brasileira-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36781-a-contribuicao-pronatec-expansao-educacao-profi-brasileira-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 22. nov. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PRONATEC. Disponível em: < <http://pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

POLÍTICAS públicas: conceitos e práticas. coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

REVISTA Correio do Senac, RJ, ano 57, jul/ago. 2005.

SÁ, Erivelto Ricardo de. **Políticas públicas de educação profissional: uma análise do PRONATEC com alunos egressos da escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”**. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e análise de políticas públicas) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Franca, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138282>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SENAC – RN. Disponível em: < <http://www.rn.senac.br/inicial.php> >. Acesso em: 10 jun. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Referenciais para a educação profissional do Senac**. Rio de Janeiro: SENAC, 2004. Disponível em: <

[www.oei.es/historico/etp/referenciais\\_educacion\\_profesional\\_senac.pdf](http://www.oei.es/historico/etp/referenciais_educacion_profesional_senac.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SENAC. Disponível em: < <http://www.senac.br/> >. Acesso em: 03 dez. 2017.

SENAC – RN. **Relatório de gestão**. Natal, 2016.

SENAC – DN. **Relatório geral, 2015**. Rio de Janeiro, 2016. 96 p.

SILVA, Zivanilson Teixeira e Silva, Globalização e desemprego no Brasil: harmonização por sexo e duração (1991-1999). UFPB: João Pessoa, 2003 (Tese de doutoramento não publicada)